



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

RELATÓRIO

NO ÂMBITO DA AUDIÇÃO PARLAMENTAR DO DIRECTOR DO CENTRO REGIONAL DOS AÇORES DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 42º, Nº 2, ALÍNEA D), DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI CONFERIDA PELA LEI Nº 2/2009, DE 12 DE JANEIRO, E 5º, Nº 5, DOS ESTATUTOS DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., APROVADOS PELA LEI Nº 8/2007, DE 14 DE FEVEREIRO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada	1572 Proc. Nº 37.09
Data:	10,04,20 2/1x

Ponta Delgada, 13 de Abril de 2010



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

Legislativa da Região Autónoma dos Açores o direito de proceder à audição do director do Centro Regional dos Açores

As matérias de comunicação social são da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro.

Capítulo III

SÍNTESE DA AUDIÇÃO

Atendendo à natureza da audição, foi dado conhecimento da respectiva marcação aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e às Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

A audição do Director do Centro Regional dos Açores da RTP, SA, decorreu no dia 10 de Março, p.p., pelas 15 horas, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada.

A audição decorreu de acordo com a seguinte metodologia, aprovada previamente e por unanimidade pela Comissão:

- a) Exposição do enquadramento jurídico e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão;
- b) Intervenção inicial do Director da RTP-Açores;
- c) Intervenções iniciais de cada um dos partidos e debate;
- d) Intervenções finais dos partidos e do Director da RTP-Açores.

a) Exposição do enquadramento jurídico e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão

O Presidente da Comissão apresentou o enquadramento jurídico da audição agradeceu a pronta disponibilidade do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., para comparecer perante a Comissão, após o que lhe deu a palavra para uma primeira intervenção.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

b) Intervenção inicial do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

O Director do Centro começou por considerar essencial e uma vitória, do ponto de vista legislativo e da autonomia, a possibilidade de, anualmente, existir um fórum aberto institucional que proporciona troca de informação e conhecimento da realidade e referiu a existência de um discurso público que regularmente não corresponde à verdade dos factos e que prejudica tremendamente o trabalho de quem gere e de quem exerce.

Entende, também, o Director que grande parte do processo discursivo falha em função do que são as normas legislativas que enquadram o serviço público de Rádio e Televisão nos Açores. Relativamente a estes instrumentos jurídicos, considerou que o mais estruturante é a Lei da Televisão, de Fevereiro de 2007, que estabelece a convergência de Rádio e Televisão e prosseguiu referindo o contrato de prestação de serviço público estabelecido em Março de 2008, considerando que este alicerce legal peca no que se prende com a prestação de um serviço público de Rádio e Televisão, não só na Região Autónoma dos Açores, mas para os açorianos e enfatizou a natureza plural da açorianidade, tendo lembrado as comunidades açorianas fora da Região, nomeadamente nos Estados Unidos, Canada, Bermuda e Sul do Brasil e, no Continente, em Lisboa, Porto e Coimbra.

O Director prosseguiu lembrando a necessidade de ser prestado um serviço público para a diferencialidade das comunidades das ilhas e que espelhe a nossa cultura e a nossa vivência, não só entre as nove ilhas mas, também, entre as comunidades açorianas dispersas pelo mundo.

Nesta matéria, referiu a existência de progressos, resultado do empenho de todo um grupo de trabalho e dos trabalhadores da RTP-Açores, relevando que sem o todo orgânico da televisão e da rádio não seria possível exercer a nobre missão de servir a democracia e a autonomia.

Continuando a sua intervenção inicial, o Director destacou a aposta na formação no plano de actividades do corrente ano e referiu que o Centro Regional dos Açores é o canal que tem, percentualmente, mais acções de formação continuada ao longo do ano. Considerou a aposta nas pessoas um alicerce para o desenvolvimento de conteúdos e de um processo comunicacional que corresponda exactamente às expectativas da afirmação da autonomia.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

O Director referiu a existência de questões relacionadas com segurança no trabalho e com o reconhecimento do trabalho prestado, bem como ao nível de duas áreas essenciais, como são equipamentos e instalações. Quanto aos equipamentos considerou que os progressos têm sido lentos em função do que é planeado e orçamentado, tendo referido a breve chegada de câmaras já adquiridas.

Quanto às instalações, chamou a atenção para a extrema degradação das instalações da Horta, tendo considerado que esta delegação é que a se encontra em situação mais difícil, não só do ponto de vista das condições de trabalho mas, também, do ponto de vista da segurança das pessoas que lá trabalham. Acrescentou que, em caso de acidente telúrico/sísmico, dificilmente a rádio e televisão poderá cumprir o serviço público e prestar à população a informação necessária e informou que está em curso a implementação de um plano de emergência.

Quanto às instalações de Angra do Heroísmo, o Director considerou que as pessoas trabalham em condições muito difíceis, o que dificulta qualquer tentativa de desenvolvimento de conteúdos e até a implementação de um projecto que seja o reflexo de quem somos nos Açores.

Por último, no que se refere a instalações, o Director referiu o caso de Ponta Delgada, onde, na sua opinião, existem duas circunstâncias antagónicas, ou seja, as melhores instalações a nível de rádio e as piores a nível de televisão, por comparação com outros centros de dimensão igual à do de Ponta Delgada.

Quanto à temática dos conteúdos, referiu um grande esforço por parte da equipa para produzir mais conteúdos e com mais qualidade e considerou que é notória a diferença, a este nível, na Antena1-Açores, na RTP-Açores e na multimédia Açores e que tal diferença resulta das decisões estratégicas que foram tomadas e do trabalho de equipa. Destacou a existência de um novo estúdio e o aperfeiçoamento técnico ao nível de iluminação e de câmaras que permitiram uma melhoria significativa da qualidade.

Prosseguindo a sua intervenção inicial o Director referiu o SIRCOM como um espaço que possibilitará à RTP-Açores o acesso a conteúdos, mas, sobretudo, a ideias de desenvolvimento e à solução de problemas que são comuns às televisões regionais da Europa.

O Director registou, ao nível da rádio, o desenvolvimento do que se pretende que venha a ser a difusão por duas antenas e a decisão do Conselho de Administração de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

autorizar a extensão aos Açores do plano nacional de cobertura da Antena 3. Referiu que este processo está já em fase de concretização, quer no plano técnico, com a construção do equipamento, quer ao nível da formatação do conteúdo de antenas, referindo que o conteúdo da Antena 3 será essencialmente constituído por conteúdos da Antena 3 nacional, conteúdos da Antena 3 Madeira e outros que serão progressivamente adicionados nos Açores. Mencionou que esta antena arrancará progressivamente em função da capacidade de emissão da instalação de emissores e apontou o início do mês de Abril para o começo das emissões experimentais e o início oficial da Antena 3 para o dia 28 de Maio, data em que se celebra 69º aniversário da rádio pública nos Açores.

O Director mencionou o facto de o serviço público estar posicionado como um sistema de difusão em múltipla plataforma e que a realidade digital permite chegar vários pontos do globo com mais capacidade de intervenção e de resposta, pelo que considera a multimédia um recurso essencial no quadro da visão da açorianidade plural e dispersa.

Referindo-se ao 35º aniversário da televisão pública nos Açores, referiu que a celebração decorrerá a 10 de Agosto e que se será desenvolvido um conjunto de acções, com a Universidade dos Açores e abertas a outras instituições da cidadania açoriana, onde serão debatidos os problemas e, sobretudo, as soluções para a implementação de um serviço público que permita espelhar a realidade da autonomia num arquipélago tão disperso e com comunidades espalhadas por várias áreas do mundo. Referiu, ainda, o reinício da Mostra Atlântica de Televisão, que deverá realizar-se na Horta, em Outubro e que resultará da cooperação entre várias instituições, nomeadamente ligadas à investigação científica do mar.

Ao terminar a sua intervenção inicial, o Director formulou um apelo ao poder legislativo, para que seja clarificada a autonomia de gestão corrente, que considerou uma circunstância generalista, no sentido de uma maior autonomia de gestão e pela definição dos objectivos específicos da prestação do serviço público na Região Autónoma dos Açores, face às suas especificidades de nove ilhas e à dispersão das comunidades que não vivem no arquipélago, bem como a definição objectivos quantitativos indexados à prestação de serviço público por objectivos. Considerou, ainda, um sufoco a gestão de um processo onde existe uma tremenda necessidade de autonomização, mesmo que de gestão corrente, pelo que a lei deverá consignar essa



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

autonomização para que a mesma possa ser atribuída a quem exerce o cargo de gestor ou de director do centro regional dos Açores.

c) Intervenções iniciais dos partidos (PS, PSD, CDS/PP, PCP e BE) e debate

À intervenção inicial do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., seguiu-se o debate que começou com as intervenções iniciais dos partidos, tendo usado da palavra, pela seguinte ordem, os Deputados Clélio Meneses, do PSD, Aníbal Pires, do PCP, Zuraída Soares, do Bloco de Esquerda, Luís Silveira, do CDS/PP, Isabel Almeida Rodrigues, do PS. Ainda no decurso do debate intervieram, para além dos já mencionados, os Deputados Hernâni Jorge, do PS, Cláudio Almeida, do PSD, e Bárbara Chaves, do PS.

Na **intervenção inicial do PSD**, o Deputado Clélio Meneses começou por considerar que já não se sente o clima de crispação entre alguns sectores dos trabalhadores e a direcção a que se assistiu por ocasião da audição realizada no ano de 2009 e que, a corresponder à realidade, tal facto é motivo de satisfação. O Deputado prosseguiu a sua intervenção referindo um conjunto de questões que considerou preocupantes, designadamente as condições pouco dignas em que os funcionários exercem a sua actividade, a situação das instalações, a falta de pessoal por falta de substituição de trabalhadores reformados ou que faleceram, precariedade do vínculo de um conjunto de funcionários e a desadequação entre as categorias dos funcionários e o conteúdo das funções que efectivamente exercem. Quanto à situação das instalações, considerou o Deputado que a mesma coloca em causa o serviço público e é merecedora de maior atenção e que exige medidas imediatas e adequadas. Quanto às questões relativas aos trabalhadores, considerou que as mesmas contribuem para uma instabilidade do pessoal com repercussões negativas no serviço prestado, apesar do imenso esforço que se sente que é feito pelos trabalhadores e questionou o Director do Centro relativamente ao impacto destas situações e à resolução do problema.

O Deputado pretendeu também saber qual o ponto de situação de algumas matérias abordadas na audição anterior e que se prendiam com a gestão do Centro e com o ambiente de desânimo e desalento então identificado, bem como qual a informação disponível sobre uma eventual ligação com a RTP-N.

Na **intervenção inicial do PCP**, o Deputado Aníbal Pires considerou que as questões que se vêm registando ao longo dos anos passam, de facto, pela definição daquilo que queremos para o serviço público de rádio e televisão nos Açores. O Deputado referiu



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

ser fundamental que se proceda a uma alteração legislativa, quer no quadro da Lei da Televisão, quer no quadro do próprio sector da RTP, de modo a que seja conferida a necessária autonomia à RTP-Açores e que esta deixe de ser apenas mais um centro, no contexto de outros centros.

Na **intervenção inicial do BE**, a Deputada Zuraida Soares considerou inexistirem diferenças relativamente há audição de 2009, uma vez que subsistem as mesmas preocupações ao nível das instalações, dos equipamentos, dos recursos humanos e do suporte legal que, na sua opinião, não contempla e não respeita a natureza arquipelágica da Região e a disseminação das comunidades açorianas. A Deputada disse não poder concluir pela ausência de clima de tensão e que existem preocupações que são partilhadas por trabalhadores e Director do Centro. Referindo-se à componente dos recursos humanos e às situações de precariedade, a Deputada referiu saber que elas existem e mencionou um eventual concurso de pessoal, do qual se fala, mas do qual nada se sabe, nomeadamente o que virá clarificar em termos de contrato de trabalho, de prestação de serviços e até de salários, os quais reputou de exíguos. A Deputada concluiu a sua intervenção questionando o Director do Centro sobre o caminho percorrido ao longo do último ano e até que ponto terá falhado a Assembleia Legislativa ao não dar resposta à questão da clarificação do serviço público numa Região com as características dos Açores.

Na **intervenção inicial do CDS/PP**, o deputado Luís Silveira fez referência ao conjunto de situações relatadas pelo Director do Centro, as quais já tinham sido reportadas em outros anos, designadamente a situação de extrema degradação dos edifícios. O Deputado continuou a sua intervenção referindo o plano de actividades apresentado aos Deputados e que seria implementado no ano de 2009, plano esse que incluía, entre outros objectivos, a implementação do plano de readequação laboral do pessoal e outro relacionado com as instalações de Ponta Delgada, Angra e Horta.

O Deputado referiu, depois, a visita aos Açores do Presidente do Conselho de Administração, a qual fora considerada um passo importantíssimo e da qual resultara a assumpção, pelo Presidente do CA, de um compromisso e a expressão de uma genuína vontade de executar o Plano que havia para os Açores. O Deputado considerou que, passado um ano, pouco ou nada foi feito, pelo que questionou o Director do Centro sobre o que, de facto, foi feito e sobre o que os deputados regionais, a Comissão e a própria Assembleia podem fazer para que haja alguma progressão. A terminar a sua intervenção inicial, o Deputado pretendeu, também, que



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

o Director esclarecesse o que entende por sufoco e a razão de ser da pouca autonomia de que diz dispor.

Na **intervenção inicial do PS**, a Deputada Isabel Almeida Rodrigues manifestou a congratulação do Partido Socialista pelo clima substancialmente diferente em que decorre esta audição decorre relativamente à do ano de 2009 e por parecer estarem ultrapassadas questões então suscitadas relativas a eventuais ingerências. A Deputada congratulou-se, também, pelas mudanças registadas ao nível das grelhas de programação, pelas notícias de uma eventual cooperação com a RTP-N e pela evolução registada ao nível da multimédia, tendo manifestado agrado pela chegada da Antena 3 aos Açores. Solicitou ao Director que esclarecesse as causas dos avanços e recuos na resolução dos problemas relativos às instalações e equipamentos, que concretizasse as referências feitas a segurança no trabalho e reconhecimento pelo trabalho prestado e que indicasse qual a estratégia que está delineada para minimizar ou mesmo ultrapassar as preocupações manifestadas. A terminar a intervenção inicial do PS, a Deputada referiu que este Partido considera adequado o quadro legal definido em 2007, pese embora a diminuta autonomia financeira e de gestão do Centro Regional dos Açores e solicitou ao Director do Centro que concretizasse a solução legislativa que preconiza.

Em resposta às questões colocadas ao Director do Centro, este rejeitou a crispação entre trabalhadores e direcção, dizendo que enquanto director não pode, nem deve, institucionalmente, participar num processo de diálogo que não é factual, mas sim opinativo e que passa por processos reivindicativos que, embora legítimos, deturpam o que é a vida interna na RTP-Açores. Reconheceu a existência de problemas internos, que não são novos e têm a ver com questões de funcionalidade e de evolução do processo comunicacional da RTP-Açores. Ainda quanto a esta matéria, o Director referiu a existência de um diálogo aberto, frontal e de aceitação da diferença, embora considere que, em contexto de organização laboral, são por vezes feitas afirmações que não correspondem à vontade da maioria dos trabalhadores. O Director acrescentou que a situação não é de crispação mas de extrapolação para a Direcção de alguma dificuldade em dar resposta a questões que são essenciais.

Referindo-se ao esclarecimento pedido pelo Deputado do CDS/PP quanto ao sentimento de sufoco, disse que "é frustrante saber para onde é que queremos ir, saber como é que podemos chegar lá, saber inclusivamente as respostas imediatas para problemas que são, às vezes, até de pequena monta, e não ter o poder, a



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

capacidade de tomar essa decisão” e afirmou que o mesmo tem a ver com a limitada capacidade de decisão do Director, a qual resulta da lei. Lembrou que não representa o Conselho de Administração, o qual tem um pelouro para os Açores e representatividade própria e que enquanto Director do Centro Regional dos Açores tem deveres de representatividade dos interesses dos Açores junto do Conselho de Administração.

Reportando-se à questão das instalações, referiu terem decorrido inspecções por parte da Inspeção Regional do Trabalho, nas instalações da Rua Ernesto do Canto, em Ponta Delgada, as quais consideraram que as mesmas não dispõem de condições mínimas para as funções que desempenham. Referiu que a situação é de extrema degradação, quer no plano da saúde no trabalho, quer no plano da segurança no trabalho, questão esta com implicações em situação de ocorrência de tremores de terra. O Director considerou que, em situações desta natureza, a questão assume particular relevância pelas pessoas e pela impossibilidade de prestar um serviço público que foi contratualizado, tendo acrescentado que, ocorrendo um cataclismo, a única instalação com condições de continuar a prestar a informação de que a população necessitará será a instalação da rádio em Ponta Delgada.

No que respeita aos equipamentos, o Director do Centro disponibilizou uma listagem de equipamentos adquiridos no ano de 2009 e afirmou que tem havido uma dotação anual de equipamentos em resposta à insistência sistemática por parte da Direcção e dos órgãos próprios de chefia. Segundo disse, tais equipamentos tanto respondem a situações de extrema penúria como correspondem a avanços tecnológicos planeados. Acrescentou que o estado e a desadequação de alguns equipamentos implica o dispêndio de verbas consideráveis em reparações sistemáticas e que o facto de RTP, internamente, ter um processo muito burocrático de decisão e execução não ajuda à resolução destes problemas.

O Director relevou o papel desempenhado por 10 novas câmaras que gravam os ficheiros em formato digital, o que implica a inexistência de elementos móveis nas câmaras e, conseqüentemente, a diminuição do desgaste deste equipamento. Estas novas câmaras dispensam, ainda, a utilização de gravadores para edição do material e permitem a gestão da informação num servidor central. Este projecto abrange as 10 câmaras referidas, computadores para edição não linear e um servidor central, o qual ainda não está adquirido. O Director considerou essencial a conclusão deste projecto



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

porque o mesmo representará ganhos assinaláveis, contribuirá para a valorização dos recursos humanos e permitirá a produção de mais conteúdos.

Para o Director do Centro Regional o grande desafio da RTP-Açores é a produção de mais conteúdos, tendo referido a evolução muito lenta da RTP-Açores de canal generalista para um universo multifacetado, onde a sua afirmação passa pela produção de conteúdos regionais de qualidade nacional e pelo estabelecimento de um diálogo interactivo, moderno, de qualidade, entre os cidadãos dos Açores e aqueles que vivem fora dos Açores. Considerou que quando a RTP-Açores conseguir levar os seus conteúdos para mercados exteriores, procurará nesses mercados alguma contrapartida financeira a nível de publicidade, que permitirá a consolidação da produção de mais conteúdos regionais.

Quanto à questão da precariedade, reclassificação e reenquadramento de trabalhadores, o Director do Centro Regional afirmou que esta matéria tem sido abordada anualmente e informou que, no ano de 2009, foram reclassificados e reenquadrados 14 trabalhadores. Acrescentou que, todos os anos, no projecto de recursos humanos há pessoas que são promovidas ao nível de carreira. Porém, segundo referiu, há um orçamento limitado para essas promoções, sendo esta uma matéria onde o Director do Centro apenas dá pareceres consultivos. Quanto aos salários, considerou que, comparativamente com empresas de áreas similares, os trabalhadores da RTP-Açores não são mal pagos e rejeitou que haja uma situação de miserabilidade nesta matéria.

Referindo-se ao modelo da Madeira, considerou que deve prestar-se muita atenção ao que está sendo feito naquele arquipélago e frisou que aquele não é o modelo dos Açores, pelo que deverá ficar consignado legislativamente quais são as nossas especificidades e que resposta entendem os eleitos dos cidadãos dos Açores que deve ser dada a essas necessidades de serviço público.

Relativamente à questão RTP-N, esclareceu que não foi proposta a existência de uma delegação deste canal, cujo modelo é completamente diferente do modelo da RTP-Açores.

Referindo-se à visita do Presidente do Conselho de Administração aos Açores, começou por referir que o Administrador com o pelouro dos Açores nunca veio à Região em visita institucional. Quanto ao Presidente do CA, e segundo o Director do Centro, demonstrou efectiva compreensão e compromisso para com a resolução dos problemas dos Açores.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

Reportando-se à questão colocada pelo BE quanto a um eventual concurso, alertou para o facto de que muitas vezes se dizem coisas na praça pública que não correspondem à verdade e considerou que todos os trabalhadores são vítimas da tentativa de criar instabilidade internamente.

Quanto ao trabalho da Comissão, reiterou a importância da audição e referiu que é sua missão acompanhar e levar ao Parlamento, como entender e quando entender, o que se revelar adequado à melhoria da qualidade do serviço público, devendo partir da análise do quadro legislativo existente e, mediante debate alargado, definir quais os objectivos específicos do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

O Presidente da Comissão, Deputado Hernâni Jorge, do PS, questionou o Director do Centro no sentido de este esclarecer como é que, do ponto de vista da disponibilização de meios financeiros, se pode classificar o momento actual, nomeadamente se tem havido ou não investimento no centro regional, qual a evolução dos orçamentos e como é que o Conselho de Administrativo se tem colocado perante os planos de actividades e orçamentos a eles associados e oriundos da direcção do Centro Regional dos Açores. Pretendeu, ainda, saber o que é que mudou, como mudou, como é que o Director qualifica essas mudanças neste último ano e se perspectiva alguma solução próxima para as instalações de Angra e Horta.

O Deputado Cláudio Almeida, do PSD, participou do debate questionando o Director se a referência feita a um sufoco se prende apenas com a questão financeira ou se está associada à pretensão de dispor de mais poder de decisão.

A Deputada Bárbara Chaves, do PS, pretendeu saber que investimento falta fazer nas ilhas de menor dimensão para que possam ter a mesma qualidade, em termos de imagens, do que as ilhas de maior dimensão e qual o vínculo dos correspondentes à RTP.

Em resposta às questões colocadas o Director do Centro começou por esclarecer que a situação dos correspondentes é de um contrato semestral que atribui ao correspondente formação específica, pagamento à peça e equipamentos e meios para execução do trabalho. Acrescentou que todos os correspondentes de rádio e televisão têm outras profissões e que a sua preocupação não é de terem um vínculo mas sim de ganharem melhor. Ainda quanto a estes trabalhadores, referiu que lhes tem sido prestada formação, estando planeadas acções para o corrente ano. Quanto à qualidade da imagem, referiu a existência de razões técnicas para a falta de qualidade, designadamente a falta de iluminação própria nas câmaras, cobertura impermeável e



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

ligação à internet de alta velocidade. Segundo disse, estas carências devem-se à excessiva lentidão da resposta interna na RTP, de que é exemplo a compra das câmaras agora concretizada e que foi decidida em Junho de 2009. Prosseguindo a sua intervenção, o Director referiu-se aos processos internos de entropias e burocracia excessiva, que não dependem do Conselho e que têm a ver com a própria orgânica da instituição e com quem somos como cultura e como portugueses e referiu-se à sua pouca capacidade de decisão dizendo mesmo: *“Eu não tenho capacidade de comprar um prego. Para comprar um prego eu tenho que pedir autorização a Lisboa, entrar num sistema informatizado, eu autorizo e há três pessoas que autorizam até eu comprar o prego. E não pago o prego. Quem paga o prego é Lisboa. Um prego pode ser um centavo, dez centavos, mil euros, o processo é este.”*

Quanto à dotação orçamental anual para grelha, que no ano de 2009 foi de 1.307.078,52 €, o Director informou que esta tem vindo a crescer, embora de forma pouco expressiva e insuficiente para as exigências do serviço público, apenas sendo possível fazer novos programas porque os profissionais assumem o necessário contributo acrescido que isso implica.

Reportando-se às instalações da Horta, que ficarão instaladas na Escola Dabney, considerou que o projecto está muito avançado. Acrescentou que vão tentar replicar o modelo em Angra do Heroísmo, cujo processo não avançou porque a RTP não se decidiu. Quanto a Ponta Delgada, o assunto é mais delicado, porque o edifício da Rádio dificilmente pode ser alienado sem perdas, atento o seu elevado valor. Para o Director a questão das instalações é fulcral e a inexistência de instalações comuns de rádio e televisão implicará o risco implosão do processo de convergência de rádio e televisão.

d) Intervenções finais dos partidos e do Director da RTP-Açores

Na sua intervenção final, o Deputado Clélio Meneses, do PSD, manifestou a disponibilidade do seu partido para manter o diálogo e para assumir, com o contributo de toda a sociedade açoriana, o cumprimento, com sucesso, do serviço público de rádio e televisão.

O Deputado Aníbal Pires, do PCP, considerou que a questão da rádio e televisão nos Açores deverá ser resolvida com amplo consenso de todas as forças partidárias e manifestou a disponibilidade de diálogo com os outros partidos e com o Centro Regional dos Açores da RTP, tendo acrescentado que, ainda durante esta legislatura,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

se nada acontecer, o PCP tomará a iniciativa de uma ante-proposta de lei que proceda as alterações necessárias para dotar a RTP/Açores da autonomia financeira, administrativa e editorial que satisfaça a nossa realidade.

O Deputado Luís Silveira, do CDS/PP, considerou que as declarações do Director do Centro foram este ano mais frontais e mais abertas, tendo deixado clara a ideia da quase inexistência de autonomia do Director para investimentos directos e a existência de um compromisso por parte do Director do CA, que não foi ainda colocado em prática, pelo que entende que a Assembleia Legislativa terá que actuar, havendo da parte do CDS/PP toda a abertura e disponibilidade para o fazer.

A Deputada Zuraida Soares, do BE, considerou que a clareza como as questões foram colocadas se destacou em relação à audição do ano passado e solidarizou-se com a situação do Director face às dificuldades que reportou. A Deputada considerou que a Assembleia Legislativa tem que assumir a responsabilidade que é sua e referiu que o Bloco de Esquerda dará o contributo que lhe for possível.

A Deputada Isabel Almeida Rodrigues, do PS, manifestou a disponibilidade deste partido para participar da reflexão em torno das matérias. A Deputada considerou que o essencial é a afirmação de um serviço público de rádio televisão, com antenas próprias e que esta é uma obrigação do Estado, que deve financiar-la no âmbito do contrato de serviço público e com toda a amplitude necessária.

Na sua intervenção final, o Director da RTP-Açores concordou que o serviço público é uma responsabilidade do Estado, mas manifestou o entendimento de que são necessárias respostas no quadro das especificidades da Região. A concluir reafirmou a sua confiança nas equipas e no projecto e o empenho na cobertura dos trabalhos parlamentares, tendo referido algumas hipóteses de cooperação com a própria casa mãe da autonomia.

Capítulo IV
CONCLUSÕES

Atenta a natureza da audição realizada e face à omissão regimental, a Comissão de Assuntos Parlamentares e Trabalho deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à apreciação do presente relatório em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomendando à conferência o



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

respectivo agendamento e eventual determinação de um período destinado à intervenção dos grupos e representações parlamentares.

Ponta Delgada, 13 de Abril de 2010

A Relatora,

Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Hernâni Jorge